

Apresentado no GEL de 2003

A PERDA DA PREPOSIÇÃO A E A RECATEGORIZAÇÃO DE *LHE*

Marilza de OLIVEIRA (Universidade de São Paulo)

ABSTRACT: *The aim of this paper is to analyse the loss of the preposition “a” with dative verbs, the use of the preposition “para” and the new function of the dative clitic “lhe”.*

KEYWORDS: *clitic; preposition; reanalyze; recategorization.*

0. Introdução

Analisando a realização do OI no PB contemporâneo, Berlinck (1997) atestou a queda de *lhe* e da preposição *a*, em favor, respectivamente, do uso da categoria vazia e da preposição *para*. A autora registrou 71% de nulo anafórico, 28% de SP e apenas 1,0% do clítico *lhe*. O SP é, majoritariamente, encabeçado pela preposição *para*.

Figueiredo Silva (ms) ressalta o uso da preposição *para* nos complementos verbais do Português Brasileiro (PB) atual, em lugar da preposição *a* e sugere que *para* atribui papel benefactivo. Apoiando-se na subdivisão dos papéis temáticos em primários (agente, tema, meta, fonte) e secundários (locativo, benefactivo), proposta por Guerón (1985), a autora sugere que os argumentos com papel meta e aqueles com papel benefactivo não ocupam o mesmo lugar na estrutura sentencial. O argumento com papel meta ocupa uma posição interna à estrutura do sintagma verbal; o argumento com papel benefactivo é projetado fora de VP, como os adjuntos.

Os resultados a que chegou Berlinck e a análise de Figueiredo Silva ensejam as seguintes questões: a) Como se deu a gramaticalização de *para* em complementos de verbos dativos? b) Como explicar a queda do clítico dativo, marcado com o traço [+referencial], se, de acordo com a hipótese da hierarquia referencial (Cyrino et alii 2000), o apagamento começa com itens [-referenciais]?

Neste trabalho, analiso o uso das preposições *a* e *para* em complementos verbais com função dativa nos anúncios e cartas enviadas

aos jornais do século XIX, esboço uma proposta para a gramaticalização de *para* e sugiro a recategorização do clítico dativo *lhe*.

1. Gramaticalização da preposição *para*

Na amostra selecionada, foram computados 624 dados de objeto indireto, que apresentaram as seguintes variantes: a preposição *a* (95,1%), a preposição *para* (1,4%) e a variante zero (3,5%). Neste trabalho, limito-me à análise das preposições lexicalizadas, como em:

1. pedindo **ao** *Excelentíssimo* governo compra de fachinaes (PR1879)
2. O sr Bicalho ... se limitava á escrever cartas com xordeiras aos collectores pedindo votos [aos coletores] **para** seus amos (MG1840)

Em (1) temos o emprego da preposição *a* com papel meta e em (2) temos o emprego de *para* com papel benefactivo. Esperava-se que *para* ocorresse apenas como benefactivo, entretanto, há ocorrências de *para* com papel meta:

3. ...pedindo de porta em porta uma esmola **para** quem não tremeu nunca diante do inimigo (SP1865)

A primeira hipótese a ser verificada é se houve extensão do uso de *para*, de papel benefactivo para papel meta, a partir do traço [+humano] comum a ambos. Em comédias do início do século XX, observei que *para* introduz elementos [-animados]:

4. Telephonou **para** a casa de mamãe. (Armando Gonzaga)

O que os dados como (4) parecem apontar é que *para* [+meta] não deriva de *para* [+benefactivo], pois a extensão do uso de *para* [+meta] se faz pelo traço [-animado].

A análise dos dados do XIX mostrou que, além de atribuir os papéis temáticos assinalados, a preposição *para* introduzia adjuntos com valor final, como na sentença abaixo:

5. ...hoje que por Deliberação de SMI foi dada [a praça] **para** o Estabelecimento da Academia do Curso Jurídico (SP1828)

A presença da variante inovadora em (5) é indício de que a extensão do uso de *para* [+meta], com complementos dativos, tenha ocorrido a partir da noção de finalidade, em posição de adjunto. A gramaticalização de *para* deve ter ocorrido a partir de deverbais:

SMI deu a praça para estabelecer a Academia do Curso Jurídico >
SMI deu a praça para o estabelecimento da Academia do Curso Jurídico

em estruturas em que o verdadeiro argumento dativo não está realizado lexicalmente e pode ser tomado como um argumento [+arbitrário]: SMI deu a praça [ao povo paulista] para o estabelecimento da Academia.

Esta hipótese está em consonância com a hipótese de Figueiredo Silva de que *a* introduz complementos e *para* introduz adjuntos e está de acordo com a hierarquia da referencialidade (Cyrino et alii, op.cit.), segundo a qual a natureza referencial do antecedente é um dos fatores que influencia na escolha de uma variante nula ou plena dos argumentos, no sentido de que os argumentos mais referenciais ocupam a posição mais alta na hierarquia referencial e os menos referenciais ocupam a posição mais baixa.

A hierarquia referencial leva à formulação da hipótese de mapeamento implicacional:

- i) Quanto mais referencial for o antecedente, maior é a possibilidade de um pronome pleno;
- ii) Uma variante nula em um ponto específico da escala implica em variantes nulas à esquerda da hierarquia referencial.

Se se assume que os complementos verbais preposicionados (CVP), por serem elementos referenciais, se submetem à hierarquia referencial, temos que a preposição *para* passou a introduzir os CPVs nos contextos proposicionais, em contextos de nenhuma referencialidade, o que ocorria em construções em que *para* apresentava o valor final. Tem-se assim o seguinte processo de gramaticalização:

para+S → para+deverbal → para+N[-animado] →
para+N[+humano]

para estabelecer → para o estabelecimento (deverbal) → para o estabelecimento (N) → para o negociante

Cyrino (1994) observou que o objeto nulo tem sua origem na elipse sentencial e é consequência de uma reanálise diacrônica que estendeu a possibilidade da elipse para estruturas com clíticos cujos antecedentes tinham traços semelhantes ao do clítico sentencial [-animado, -específico].

Proponho que a preposição *para* teve trajetória semelhante à do objeto nulo. Introdutora de sentenças finais, o uso de *para* se expandiu das sentenças para os deverbais. A interpretação do deverbal como um simples item nominal [+N] levou à extensão do uso de *para* com elementos nominais [-animado] e, em seguida, [+animado], o que, por sua vez, acarretou a reinterpretção do papel semântico final como papel meta.

Adotamos, assim, a hipótese de que *para*, em complementos verbais, surgiu em uma estrutura externa ao sintagma verbal (cf. Figueiredo Silva), mas a partir de construções com valor final.

2. A recategorização de “*lhe*”

Para Figueiredo Silva, a adoção da preposição *para* no PB implica na opção pela estrutura de adjunto, o que justifica a perda do clítico dativo *lhe*.

O apagamento de *lhe* constitui um problema para a hipótese do mapeamento implicacional da referencialidade, pois, *lhe* exibe o traço [+humano] e, de acordo com o mapeamento implicacional, “quanto mais referencial é o antecedente, maior é a possibilidade de um pronome pleno”. Será que o clítico *lhe* está de fato desaparecendo do sistema pronominal brasileiro?

Faraco (1982), Kato (1994), Moura Neves (2000), entre outros, apontam a extensão do emprego do clítico *lhe* no PB para pronominalizar o objeto direto de 2^a. pessoa, em substituição dos clíticos acusativos *o/a*.

Apoiando-me nesses achados, defendo a hipótese da recategorização do clítico *lhe* e não de seu simples apagamento. O PB

exibe outro pronome em processo de gramaticalização. O possessivo *seu*, originalmente de 3^a. pessoa está se especializando como de 2^a. pessoa. Para a 3^a. pessoa, o sistema introduziu a forma *dele*.

Kato (1985) propõe a hipótese da distribuição harmônica entre os sistemas pronominais: se o objeto é tônico, tem-se o uso do genitivo *dele*, se o objeto é átono (*me/te*), tem-se o uso do possessivo (*meu/teu*). Podemos acrescentar: se temos o uso do possessivo *seu* (2^a. pessoa), temos o uso de um pronome átono. Entretanto, o candidato mais provável, o clítico acusativo, com marcas de gênero, fere a hipótese da distribuição harmônica, pois se o pronome de 1^a. pessoa (*me*) não é marcado quanto ao gênero, o pronome de 2^a. pessoa também não o deve ser. Como lembra Pagotto (1993), os clíticos de 3^a. pessoa diferem dos da 1^a. e 2^a. pessoas devido às marcas de concordância. O clítico *lhe* não apresenta distinção de gênero e, portanto, passa a ser uma opção na língua. Resta explicar de que forma o clítico *lhe* passa a marcar pessoa.

Assumo a hipótese de que o clítico *lhe* com verbos transitivos diretos deriva da reanálise do objeto direto preposicionado (Odprep). Em Oliveira (2002), mostrei que o ODPrep no século XIX era favorecido pelo traço [+humano] do objeto.

Observei que, ainda que a coincidência de traço [+pessoa] entre sujeito e objeto favoreça a presença da preposição (58,8%), hipótese sustentada por Ramos (1992), o traço [+humano] do objeto, independentemente do traço [+humano] do sujeito, é o fator responsável pela inserção da preposição, pois a soma dos percentuais de objeto direto [+humano] alcança o índice de 97,4%.

De acordo com Ramos, o índice de Odprep sempre foi baixíssimo no português e apresentou queda acentuada a partir do século XIX, chegando a apenas 1,7% no século XX. Um dos fatores que mais favorece o uso do Odprep é o pronome de tratamento, fato também observado por Oliveira (2002). Assim, o traço [+humano] do Odprep deve ter sido reanalisado como [+pessoa].

O uso recorrente do Odprep com pronomes de tratamento aponta para o uso do Odprep com a 2^a. pessoa indireta. Duarte (1993), ao analisar o preenchimento do sujeito, atesta a perda da 2^a. pessoa direta, em favor da 2^a. pessoa indireta, representado pelo pronome *você*, o qual ativa a concordância verbal de 3^a. pessoa. Graças à distribuição harmônica dos pronomes, o uso de *você* leva ao uso de outras formas

pronominais de 3^a. pessoa (clíticos acusativos, clíticos dativos e possessivos) para remeter a uma 2^a. pessoa.

Com a falta de distribuição harmônica entre os pronomes acusativos de 3^a. pessoa [+gênero], e os de 1^a. e 2^a. pessoas [-gênero], de um lado, e com a perda dos clíticos acusativos (Duarte 1989; Pagotto op.cit; Cyrino, op.cit, entre outros), de outro, a representação da 2^a. pessoa com uma forma pronominal de 3^a. pessoa fica descoberta. *Lhe* era o único clítico que apresentava o traço [+humano] e que não apresentava a marca de gênero. *Lhe* pôde, então, ser reanalisado como [+pessoa], na esteira do Odprep, e passar a referir a 2^a. pessoa indireta, independentemente da transitividade do verbo.

3. Considerações Finais

Castilho (1999) propôs que os temas gramaticais do PHPB respondessem às seguintes questões: a) houve variação/mudança? b) que lugar têm os resultados encontrados na história social? c) que variações/mudanças podem ser explicadas por fatores sócio-históricos?

Analisando o *corpus* do PHPB, verifiquei que o Odprep era fortemente presente nos dados da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro.

Gibrail (2003) estudou o Odprep no português clássico e observou que esta construção atingiu os índices mais expressivos e os contextos mais abrangentes no século XVII. No século XVIII, o uso do Odprep diminuiu vertiginosamente e no século XIX deixou de ser um fenômeno lingüístico do PE. Esses resultados sugerem que o Odprep presente no *corpus* brasileiro é um resíduo de períodos anteriores, mais precisamente o século XVII, época de grande imigração portuguesa, graças à corrida aurífera.

Embora o uso de *lhe* como clítico de 2^a. pessoa para verbos transitivos diretos comece a aparecer em diferentes regiões do país, ele parece ser uma característica marcante dos dialetos nordestinos. O alto índice de uso de Odprep nos dados da Bahia (século XIX) e o uso de *lhe* com verbos transitivos diretos nessa região vêm confirmar a correlação entre Odprep e gramaticalização do clítico *lhe*.

RESUMO: Neste artigo, mostramos que à perda da preposição “a” com verbos dativos, seguem-se o avanço do uso da preposição “para” e a recategorização do clítico dativo “lhe”.

PALAVRAS-CHAVE: clítico; preposição; reanálise; recategorização

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERLINCK, Rosane. Sobre a realização do objeto indireto no Português do Brasil, comunicação apresentada no II Encontro do Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul (CELSUL), Florianópolis, mimeo, 1997.
- CASTILHO, Ataliba. Projeto para a História do Português Brasileiro, Equipe de São Paulo – Agenda da reunião de 26 de novembro de 1999, ms, 1999.
- CYRINO, Sônia. *O objeto nulo no Português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*, tese de doutorado, Unicamp/ 1997, Londrina: Ed. UEL, 1994.
- CYRINO, Sônia, DUARTE, M.Eugênia & KATO, Mary. Visible Subjects and Invisible Clitics in Brazilian Portuguese, in *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, Frankfurt: Vervuert, p.55-74, 2000.
- DUARTE, M.Eugênia. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no Português do Brasil, in F. Tarallo (org.) *Fotografias Sociolingüísticas*, Campinas: Pontes/Ed. da Unicamp, p.19-34, 1989.
- DUARTE, M. Eugênia. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no Português do Brasil, in I. Roberts and M.Kato (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, p. 107-128, 1993.
- FARACO, Carlos A. *The imperative Sentence in Portuguese: a semantic and historical discussion*, Univ. Of Salford: tese de doutorado, 1982.
- FIGUEIREDO SILVA, M.Cristina. A perda do marcador Dativo no PB e algumas de suas conseqüências, ms, s/d.
- GIBRAIL, Alba. *O acusativo preposicionado do Português Clássico: uma abordagem diacrônica e teórica*, Unicamp: tese de doutorado, 2003.
- GUÉRON, Jacqueline. Inalienable Possession, PRO-Inclusion and lexical chains. In Guéron, J. Obsenauer, H. e Pollock, J. (eds.) *Grammatical Representation*. SGG n.22, Foris, 1985.
- KATO, Mary. A complementaridade dos possessivos e das construções genitivas no português coloquial-réplica a Perini, in D.E.L.T.^a, Vol. 1, n.1-2, p.107-120, 1985.

_____ Português Brasileiro falado: aquisição em contexto de mudança lingüística, in I. Duarte e I. Leiria (orgs.) *Actas do Congresso Internacional sobre o PortuguEs*. Vol III:211-37, 1994.

MOURA NEVES, M. Helena. *Gramática de Usos do Português*, São Paulo: Editora Unesp, 2000.

OLIVEIRA, Marilza. Complementos preposicionados nos jornais do séc. XIX. Comunicação apresentada no V Seminário do PHPB, Ouro Preto, 2002.

PAGOTTO, Emílio. Clíticos, mudança e seleção natural, in I. Roberts and M.Kato (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, p.185-206, 1993.

RAMOS, Jânia. Marcação de Caso e Mudança sintática no PB, Tese de doutoramento, unicamp, 1992.